

# FH diz que vence de novo

E afirma que próximo presidente será quem ele apoiar e aconselhou aliados a defenderem o governo nas eleições municipais

Brasília — Josemar Gonçalves

BRASÍLIA — O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, anunciou que lançará até março próximo um plano do governo para a área social, e reforçou a absoluta necessidade das reformas administrativa e previdenciária para solucionar o agudo problema fiscal. O presidente manifestou, ainda, a confiança de que vai vencer as próximas eleições presidenciais. "Vamos ganhar de novo. Não eu, mas quem eu apoiar".

Aos partidos políticos aliados Fernando Henrique fez um afago: "almocei com o PMDB porque preciso do PMDB. Como eu preciso do PFL, do PTB...". E deixou um conselho para os aliados ganharem as eleições municipais deste ano: "que defendam com energia o que o governo vem fazendo".

A oposição, fez algumas críticas: "tem partidos, alguns setores de partidos, que não querem fazer a reforma (da previdência social) não estão com aquela preocupação com o trabalhador nem com o interesse público".

Na área econômica, o balanço é positivo. A inflação despencou, o poder aquisitivo da população mais pobre aumentou e o país, garantiu o presidente, cresceu e continuará crescendo.

Na exposição que antecedeu a entrevista, Fernando Henrique fez uma avaliação do primeiro ano de governo e dos desafios que tem para este ano: "equilibrar as contas públicas, reduzir o custo da produção e prosseguir na reforma do estado". Foram estes os principais trechos da entrevista:

**Reforma ministerial** - "quantas vezes recusei a hipótese de mudança do ministério? Não se melhoraram as coisas mudando a toda hora". Disse que não aceita a fritura de ministros e que é importante para o país não só a estabilidade econômica, mas também a estabilidade política.

**Juros** - as taxas de juros caíram, estão caindo e provavelmente vão continuar caindo. "Digo provavelmente porque a política monetária não é alguma coisa que se faça independentemente das circunstâncias. E eu repito: o governo não terá nenhum receio, se for necessário, de adotar as medidas necessárias. Se for, nós faremos porque temos responsabilidade histórica e não apenas com os que gritam momentaneamente". Reconheceu, contudo, que os bancos não estão reduzindo os juros na mesma velocidade com que estão caído as taxas no over/Selic (as taxas das operações do mercado aberto, de venda de títulos públicos).

**Déficit público** - o presidente mostrou que o país amargou, em 95, uma carga tributária da ordem de 30,1% do PIB, e ainda assim teve déficit nas contas do setor público. A origem desse desequilíbrio, sustentou, vem das despesas com pessoal ativo e inativo e não das taxas de juros. Enquanto a conta de pessoal e encargos foi de R\$ 36 bilhões (na verdade, dados do tesouro nacional indicam R\$ 38,5 bilhões a preços de dezembro último), a Previdência gastou R\$ 32,9 bilhões e os juros, R\$ 11,9 bilhões. Razão pela qual as reformas previdenciária e a administrativa são inadiáveis.

**Reforma tributária** - "e nós precisamos também da reforma tributária para desonerar o investimento, a produção agrícola e as exportações". No texto que distribuiu antes da entrevista, o presidente menciona ainda a intenção de reduzir o PIS e o IOF para os empréstimos e baixar a zero a tarifa para importação de máquinas.

**Rio São Francisco** - dentre da lista de projetos já iniciados na área de irrigação, o presidente informou que pediu "que se tome a sério e que se reestude a questão da transposição das águas do rio São Francisco".

**Área social** - o presidente diz que atendeu em 95 a área social "sem demagogia nem clientelismo". Anunciou que entre fevereiro e março apresentará ao país um amplo programa nessa área.

**Saúde** - os gastos em saúde mais que duplicaram no ano passado frente aos R\$ 7 bilhões de 94. Foram destinados R\$ 15 bilhões ao ministério da Saúde em 95. Dobrou, mas ainda é insuficiente, garantiu o presidente, citando que na França, país com metade da população do Brasil, o orçamento da área de saúde consome US\$ 100 bilhões. Elogiou o trabalho do ministro Adib Jatene e disse que o apoia na luta pela aprovação da CMF.

**Desemprego** - a questão preocupa. Fernando Henrique reiterou que o governo prepara a redução dos encargos sociais sobre a folha de pagamento das empresas para estimular a geração de empregos, mas recomendou que se olhe os dados com certa cautela, porque se o desemprego aumentou na indústria, a oferta de emprego cresceu na área de serviços e na agricultura.

**Indústria** - há problemas, mas não se pode dizer que de maneira generalizada. "No ano passado, enquanto se dizia que a indústria não estava crescendo, cresceu em relação a 94", disse. Os juros estão em queda e o BNDES que, está com R\$ 1 bilhão para emprestar, por mês, ao setor industrial.

**Agricultura** - o presidente disse que haverá uma recomposição da renda agrícola este ano da ordem de 19% e salientou que a queda da área plantada não será superior a 7%.

**Salários** - o presidente não se comprometeu com aumento real do salário mínimo em maio próximo nem com o reajuste do salário do funcionalismo público neste mês, que é a data-base. Apenas mostrou o quanto aumentou a folha de pagamento do Tesouro Nacional.

**Previdência** - Fernando Henrique considerou o acordo com as centrais sindicais, para a reforma da previdência, "positivo" e condenou os que o consideraram "pifio". Disse: "quem definiu como pifio provavelmente nunca leu a proposta" e ressaltou que não adianta fazer uma reforma mais profunda "sem a sustentação da sociedade".



Durante a coletiva, Fernando Henrique esbanjou bom humor e enumerou os pontos positivos de seu governo



Fernando Henrique exibiu um discurso otimista para a área econômica: "A inflação despencou, o poder aquisitivo da população mais pobre aumentou e o país cresceu e continuará crescendo". A meta do governo para 96, segundo o presidente, é equilibrar as contas públicas, reduzir o custo da produção e prosseguir na reforma do estado. Os únicos números negativos foram os da carga tributária. Em 95, o país amargou uma carga de 30,1% do PIB e ainda assim teve déficit nas contas do setor público. Para Fernando Henrique, a origem desse desequilíbrio vem das despesas com pessoal, ativo e inativo, e não das taxas de juros.